

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu **Caderno de Provas**, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

#### LÍNGUA PORTUGUESA

A noção de igualdade, à luz da hermenêutica negra, deve levar em consideração as particularidades e desigualdades que a categoria raça carrega, porque, sendo o racismo estrutural e estruturante, a ideia de como a raça afeta as vidas daqueles que interpretam a norma e também daqueles que são afetados por ela se distingue entre os grupos sociais.

As pessoas não possuem a mesma experiência social, a depender do seu lugar social, razão pela qual podem interpretar o direito exclusivamente a partir de sua lógica interna. Com base na perspectiva da igualdade como princípio e projeto constitucional, a obra propositadamente intitulada **Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica** fornece substratos para um raciocínio crítico antirracista na interpretação das normas e aplicação nas relações jurídicas, centralizando a questão a ser discutida e decidida a partir da visão do negro como elemento atuante no caso concreto, na condição de agente ou paciente.

A hermenêutica negra, assim, preenche lacuna de interpretação, visto a mesma fonte poder ser interpretada pela ótica do dominante e do dominado, competindo ao Poder Judiciário equilibrar a aplicação da norma positivada na busca da concretização de uma solução justa.

Silvia Isabelle R. T. do Vale *et al.*

**Judiciário trabalhista no espelho:** reflexões sobre a magistratura trabalhista na luta antirracista.  
In: *Revista Direito UnB*, v. 5, n.º 3, 2021, p. 213 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, em relação às ideias e a aspectos linguísticos do texto precedente.

- 1 Mantendo-se o sentido e a correção gramatical do texto, o trecho “a mesma fonte poder ser interpretada pela ótica do dominante e do dominado” (último parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **as mesmas fontes poder serem interpretadas sob a ótica do dominante e a do dominado**.
- 2 Com base nas ideias do texto, é correto afirmar que a desconsideração da categoria raça na aplicação das normas jurídicas pode induzir parcialidades que prejudiquem pessoas negras.
- 3 No último parágrafo, o vocábulo “competindo” está empregado com sentido equivalente ao de **cabendo**.
- 4 Segundo o texto, o caráter estrutural e estruturante do racismo procede das variadas maneiras de se perceber como o racismo impacta os grupos sociais.
- 5 Entende-se da leitura do texto que a aplicação da hermenêutica negra contribui para uma ampliação das perspectivas de interpretação da lei.
- 6 No primeiro parágrafo, a forma pronominal “ela” retoma “a raça”.
- 7 Seriam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso a expressão “razão pela qual” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse substituída por **motivo porquê**.
- 8 No primeiro parágrafo, a forma verbal “distingue” estabelece concordância com o termo “ideia”.

Julgue os próximos itens, com base no **Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples** e no **Manual de Redação Oficial da Presidência da República**.

- 9 Recomenda-se o emprego da expressão “o mesmo” para se evitar a repetição, no texto de documentos oficiais, de um nome ou pronome, como no exemplo: “O usuário protocolou o pedido tempestivamente, entretanto o mesmo ainda não foi encaminhado”.
- 10 O uso da linguagem técnica dificulta a compreensão das decisões judiciais pelo público em geral.

#### NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue os itens a seguir.

- 11 A edição pelas autoridades públicas de regulamentos, súmulas administrativas ou respostas a consultas, com vistas a incrementar a segurança jurídica na aplicação das normas, terá caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinar, sem prejuízo de revisão posterior.
- 12 As decisões administrativas que implicarem nova orientação sobre norma de conteúdo determinado devem prever regime de transição para que essa nova diretriz seja legitimamente exigida dos administrados.
- 13 O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas, independentemente de culpa.

No que concerne a aspectos relativos às normas jurídicas, julgue os itens a seguir.

- 14 A analogia e a interpretação extensiva são métodos de integração voltados ao preenchimento de uma lacuna legislativa.
- 15 O texto de um artigo de uma determinada lei pode contemplar mais de uma norma jurídica.

#### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Tendo por base o texto da Constituição Federal, julgue os itens a seguir a respeito do Poder Judiciário.

- 16 Não é permitida a permuta entre juízes de primeira instância vinculados a distintos Tribunais.
- 17 O Conselho Nacional de Justiça tem atribuição para rever de ofício os processos disciplinares de juízes, observado o prazo constitucional.
- 18 Compete à justiça do trabalho julgar as ações relativas às penalidades administrativas que, relacionadas ao descumprimento de normas trabalhistas, tenham sido impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

No que diz respeito às normas constitucionais relativas à organização político-administrativa do Estado, à administração pública, ao Poder Legislativo e às finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

- 19 O servidor estável colocado em disponibilidade faz jus à remuneração integral até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- 20 Salvo as hipóteses de exigência de quórum qualificado, a regra geral é que as deliberações das comissões de cada casa legislativa federal sejam tomadas por maioria simples de votos, exigindo-se a presença da maioria absoluta de seus membros.
- 21 No âmbito do orçamento federal, o orçamento de investimento abrange apenas as empresas nas quais a União detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- 22 As cavidades naturais subterrâneas pertencem aos Estados onde estejam localizadas.

Julgue os itens a seguir relativos à aplicabilidade das normas constitucionais, às classificações da Constituição Federal de 1988 e aos direitos e garantias fundamentais.

- 23 O limite máximo de duração da jornada de trabalho realizada em turnos ininterruptos de revezamento não pode ser modificado por negociação coletiva.
- 24 As normas de eficácia contida podem ser aplicadas sem a necessidade de serem complementadas por uma lei.
- 25 No que concerne à classificação das constituições, é correto afirmar que o Brasil adotou, no ano de 1988, um modelo de Constituição eclética, baseada em uma única ideologia política.

### **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

No que se refere aos agentes públicos, julgue os itens a seguir, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

- 26 Servidores públicos que não sejam integrantes das carreiras dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União não podem ocupar função comissionada de natureza gerencial no âmbito do referido Poder.
- 27 O direito constitucional à licença maternidade estende-se ao pai, genitor monoparental, servidor público.
- 28 Os participantes do tribunal de júri, na condição de jurados, são denominados agentes honoríficos.
- 29 A posse somente é possível nos casos de provimento de cargo por nomeação.

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens seguintes.

- 30 A sanção de proibição de contratação com o poder público, conforme previsão da Lei de Improbidade Administrativa, não pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.
- 31 A voluntariedade do agente público não é condição suficiente para que se tenham caracterizadas as tipificações previstas na Lei de Improbidade Administrativa, quando verificados o prejuízo ao erário ou o enriquecimento ilícito.
- 32 O novo regime prescricional da Lei de Improbidade Administrativa, incluída a novidade relativa à previsão intercorrente, retroage para alcançar os eventos ocorridos em momento anterior à publicação da lei que ensejou essas alterações naquele diploma legislativo.

No que diz respeito ao acesso à informação, à proteção de dados e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 33 A responsabilidade civil relativa a danos ocasionados a particulares pelas concessionárias de serviço público segue a lógica da teoria do risco integral.
- 34 A Lei de Acesso à Informação assegura o direito de obtenção, por qualquer interessado, ressalvadas as exceções, de informação relativa aos resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo.
- 35 O tratamento de dados pelos serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, sujeita-se a regime legal diverso daquele aplicável aos órgãos públicos integrantes da administração direta e indireta.

### **NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**

No que se refere à teoria geral, às fontes e aos tratados relativos a direitos humanos, julgue os itens seguintes, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

- 36 A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde.
- 37 Podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), sem distinção de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou de outra natureza, todos os seres humanos que sejam cidadãos de Estado soberano politicamente organizado, ainda que este não seja país-membro da DUDH.
- 38 Os direitos fundamentais de segunda geração são aqueles de natureza econômica, social e cultural.
- 39 Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que não tenham passado pelo procedimento qualificado previsto na Constituição Federal de 1988, mas que já tenham sido incorporados ao direito pátrio, têm natureza de lei ordinária.
- 40 Os Estados-partes da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher levarão em consideração os problemas específicos enfrentados pela mulher rural e o importante papel que desempenha na subsistência econômica de sua família.

**Espaço livre**

**NOÇÕES DE GOVERNANÇA PÚBLICA**

No que diz respeito às teorias da administração, julgue os itens a seguir.

- 41** De acordo com a teoria clássica da administração, a divisão do trabalho implica o dispêndio de elevados custos para a organização.
- 42** As organizações formais ou burocráticas apresentam três características principais: formalidade, impessoalidade e profissionalismo.

Em relação à governança e à gestão pública, julgue os itens que se seguem.

- 43** A governança das organizações do setor público abarca os procedimentos de decisão e implementação que visem estabelecer e dar cumprimento às decisões do governo.
- 44** A instituição e a manutenção de programa de integridade nos órgãos e entidades da administração pública direta e autárquica são suficientes à garantia da boa governança institucional.

Em relação ao planejamento estratégico, à gestão de resultados e à inovação na gestão pública, julgue os itens subsequentes.

- 45** Na metodologia do *design thinking*, a fase de prototipagem implica aumento de risco decorrente dos diversos ciclos de testes que são realizados.
- 46** O processo de planejamento estratégico aplica-se à organização em sua totalidade e a cada uma de suas partes, integrando-o, por exemplo, as estratégias de produção, de *marketing* e de recursos humanos.
- 47** Ao se adotarem métodos automatizados e de inteligência artificial no setor público, ganha-se controle sobre o espaço físico, os recursos vitais e as informações, sendo melhorada a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos, e fortalecidas a transparência e a responsabilidade governamentais.
- 48** Um modelo de gestão de resultados deve ser abrangente e basear-se em um conceito burocrático de desempenho orientado para a otimização de processos.

Com base na Resolução n.º 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a gestão estratégica do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 49** A execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário é de responsabilidade conjunta de ministros, conselheiros, magistrados de primeiro e segundo graus, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, e sua execução é coordenada pelo Departamento de Gestão Estratégica (DGE) do CNJ.
- 50** A análise dos indicadores de desempenho constitui um dos instrumentos utilizados para o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Considerando os principais conceitos relacionados à governança organizacional, julgue os itens a seguir.

- 51** A governabilidade depende da estabilidade institucional e da capacidade do governo de obter apoio político para implementar suas políticas, enquanto a governança está relacionada à qualidade das práticas de gestão de determinada organização.
- 52** O princípio da governança pública exige que as decisões estratégicas sejam tomadas exclusivamente por agentes públicos eleitos, uma vez que a legitimidade democrática é um fator preponderante para a eficácia das políticas públicas.
- 53** A eficácia das políticas de governança de determinada organização depende exclusivamente de sua eficiência operacional, independentemente da transparência e do controle social.

No que concerne à gestão de riscos, julgue os próximos itens.

- 54** O apetite ao risco deve ser definido de forma homogênea para toda a administração pública, a fim de garantir previsibilidade e coerência nas políticas de gestão de riscos.
- 55** A matriz de apetite ao risco de um órgão público deve priorizar a minimização de perdas financeiras, pois a responsabilidade fiscal é o objetivo primordial da gestão de riscos na administração pública.
- 56** A transparência na comunicação de riscos aumenta a confiança pública, mesmo em situações de crise.
- 57** A incerteza é um elemento inerente ao risco, tornando essencial a adoção de estratégias preventivas e corretivas na gestão pública para que sejam evitados danos organizacionais.

No que concerne a fundamentos de estratégia, *balanced scorecard* (BSC), melhoria de processos e elaboração de projetos, julgue os itens subsequentes.

- 58** A estrutura analítica de projeto é uma ferramenta gerencial de uso pertinente à fase de execução do projeto, devendo ser aplicada apenas após a fase de planejamento.
- 59** Para melhorar a eficiência das operações e dar respostas ágeis às demandas e mudanças organizacionais, o mapeamento de processos deve conter descrições precisas para auxiliar na compreensão e otimização dos fluxos de trabalho.
- 60** O fomento à inovação e a adoção de novas tecnologias para a aprimoração de processos, técnicas e atividades organizacionais são posturas estratégicas requeridas em um cenário de transformação digital.
- 61** De acordo com a metodologia BSC, o estabelecimento de um objetivo estratégico que vise assegurar o tratamento adequado de conflitos trabalhistas fica corretamente vinculado à perspectiva de processos internos da organização.

Acerca de novas tecnologias gerenciais, reengenharia, ferramentas de melhoria contínua e metodologias ágeis, julgue os itens seguintes.

- 62** O fluxograma é a ferramenta para melhoria contínua mais adequada para suprir a necessidade de se identificarem e de se classificarem as causas de determinado problema.
- 63** Considerado uma metodologia ágil de gestão estratégica, o método *lean thinking* é um *framework* ágil que visa facilitar a colaboração, a adaptação e a entrega de valor ao cliente de forma incremental.
- 64** No Brasil, a integração entre a Internet das Coisas, a ciência de dados e a inteligência artificial representa uma evolução das tecnologias gerenciais, cujos desafios, em termos de capacidades técnicas, regulamentações e normas legais, já estão superados.
- 65** A reengenharia enfatiza a melhoria radical de processos operacionais e ajuda as organizações a alcançar o planejamento eficiente e a condução célere dos programas de qualidade.

Acerca de aspectos relativos à gestão de pessoas, julgue os itens a seguir.

- 66** A gestão estratégica de pessoas engloba procedimentos para a tomada de decisões sobre os objetivos e as estratégias de longo prazo da organização.
- 67** A primeira fase do desenvolvimento do conceito de competências foi marcada pela sua diferenciação em níveis de complexidade, visando suprimir a ausência da vinculação das competências aos resultados e à estratégia organizacionais.
- 68** Na gestão por competências, a noção de espaço ocupacional é utilizada para estabelecer correlações entre a complexidade da competência e a entrega de valor na organização.
- 69** A contaminação dos critérios de avaliação é caracterizada pela presença de elementos que afetam as medidas de avaliação de desempenho que fazem parte do desempenho real.
- 70** Na avaliação de necessidades de treinamento, a análise de atividades, estratégias, recursos e ambiente com vistas à identificação dos pontos que demandam ênfase no treinamento é denominada análise do trabalho.

No que concerne a clima, cultura e comportamento organizacionais, a emoções e diversidade nas organizações, e a teorias motivacionais, julgue os itens que se seguem.

- 71** Personalidade, raça, etnia, orientação sexual, idade e capacidade física são exemplos de características humanas que constituem a dimensão interna da diversidade nas organizações.
- 72** Quando se sentem satisfeitos no trabalho, os colaboradores demonstram comportamentos que excedem os requisitos de seu cargo ou trabalho, caracterizando a cidadania organizacional.
- 73** A presença de sistema social instável na organização e de dificuldades na geração de compromisso coletivo são exemplos de problemas de cultura organizacional.
- 74** A dinâmica do denominado trabalho emocional está relacionada à repressão de sentimentos e emoções no local de trabalho, o que pode levar à exaustão.
- 75** A noção de significação no modelo de motivação intrínseca de Kenneth Thomas representa os sentimentos de realização associados à execução de um trabalho de alta qualidade.

No que se refere à gestão de equipes e grupos de trabalho nas organizações, julgue os itens seguintes.

- 76** Equipes autogeridas têm demonstrado impacto positivo na produtividade e no absenteísmo nas organizações, bem como na sua rotatividade de pessoal.
- 77** Confiabilidade é uma das dimensões da confiança nas equipes de trabalho e caracteriza a fé recíproca nas intenções e no comportamento dos demais colegas.
- 78** Uma das funções organizacionais que os grupos formais exercem nas organizações é a implementação de decisões complexas.
- 79** Nas organizações, faz parte das funções individuais dos grupos formais reduzir as ansiedades e o sentimento de insegurança e impotência nas pessoas.
- 80** Segundo a teoria do *groupthink*, a invulnerabilidade está relacionada à proteção de suposições preferidas, e é um dos sintomas que ameaçam a efetividade de grupos e equipes de trabalho.

A respeito dos aspectos pertinentes a licitações e contratos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 81** Na fiscalização dos atos praticados no âmbito da execução dos contratos administrativos, os órgãos de controle devem adotar critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco.
- 82** Ao elaborar plano de contratações anual, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo devem visar, entre outros propósitos, à racionalização das contratações dos órgãos e das entidades sob sua competência.
- 83** Caso a administração pública deseje adquirir bem cujo fornecimento é realizado por representante comercial exclusivo, situação em que se constata inviabilidade de competição, está configurada hipótese de inexigibilidade de licitação.
- 84** Em se tratando de contratação de obras, serviços ou fornecimentos, deverá ser prevista em edital a prestação de garantia, cuja modalidade deverá ser selecionada pelo contratado.
- 85** Caso o contratado dê causa à inexecução parcial do contrato, ele poderá ser apenado com sanção de multa, a qual deve ser calculada na forma do edital ou do contrato.
- 86** Nos casos de contratações simultâneas em condições padronizadas, a administração pública deverá utilizar o credenciamento, haja vista a sua vantajosidade.
- 87** O acolhimento do recurso interposto em face de ato administrativo decorrente da aplicação da lei de licitações e contratos implicará a invalidação do referido ato.
- 88** No processo licitatório, caso a administração pública não realize a convocação do licitante vencedor dentro do prazo estipulado, ficam os licitantes desobrigados dos compromissos anteriormente assumidos.
- 89** A recusa do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela administração pública caracterizará, em todos os casos, o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o adjudicatário à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- 90** Nos casos em que houver a necessidade de modificação do projeto visando a melhor adequação técnica a seus objetivos, o contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração pública.

Acerca da padronização dos procedimentos de contratação, da sustentabilidade nas contratações e da política de governança e gestão das contratações no âmbito da justiça do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 91** Do plano de contratações anual elaborado pelos tribunais regionais do trabalho devem constar todas as demandas que serão objeto de contratação no exercício subsequente, inclusive aquelas que sejam objeto de contratações realizadas por dispensa e inexigibilidade de licitação.
- 92** Conforme preconiza o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, o termo de referência deverá definir os critérios técnicos obrigatórios indicados para a respectiva contratação.
- 93** A fim de garantir a transparência do processo licitatório, o edital de licitação deve prever as obrigações do contratante.
- 94** A gestão de riscos, no âmbito das contratações públicas da justiça do trabalho, consiste em um conjunto de atividades que envolvem planejamento, coordenação, supervisão, monitoramento e controle, com vistas a garantir que a aquisição de bens e a contratação de serviços atendam aos objetivos do respectivo tribunal.
- 95** Nos processos de aquisição de bens pela justiça do trabalho, poderá ser dispensada a observância das diretrizes constantes do Guia de Contratações Sustentáveis, desde que de maneira expressamente justificada e fundamentada.

Com base no Decreto n.º 11.531/2023, que dispõe sobre convênios e instrumentos congêneres, e no Decreto n.º 11.462/2023, que regulamenta o sistema de registro de preços, julgue os itens a seguir.

- 96** É vedado o registro de preços para aquisição de alimentos perecíveis quando a indicação for limitada a unidades de contratação, sem especificação do total a ser adquirido.
- 97** O órgão ou a entidade gerenciadora da ata de registro de preços pode recusar, justificadamente, no que diz respeito à intenção de registro de preços, os quantitativos considerados ínfimos e a inclusão de novos itens.
- 98** Os bens remanescentes compreendem os materiais permanentes que tenham sido adquiridos com recursos financeiros do convênio, que sejam necessários à consecução do objeto e que a ele tenham sido incorporados.
- 99** Se não dispuserem de capacidade técnica e operacional para a celebração e o acompanhamento dos convênios, os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão contratar prestadores de serviços específicos para a realização de serviços auxiliares que sejam considerados atividades operacionais de apoio à decisão dos gestores responsáveis pelos convênios.

**Espaço livre**

À luz da IN/SEGES/ME n.º 65/2021, que trata da pesquisa de preços, e da IN/MPOG n.º 5/2017, que dispõe sobre terceirização no âmbito da administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- 100** Entre as provisões que compõem o montante dos depósitos da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, incluem-se aquelas relativas a 13.º salário, férias, multa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e contribuição social para as rescisões sem justa causa.
- 101** Na determinação do preço estimado em licitações para a aquisição de bens, podem-se utilizar como parâmetro as contratações similares da administração pública concluídas no período de dezoito meses anteriores à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.
- 102** A fiscalização setorial consiste no acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto do contrato.
- 103** Na obtenção do preço estimado, a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados em relação aos preços coletados na pesquisa de preços, conforme a metodologia legal estabelecida, deve ser motivada por critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

Com base no Decreto n.º 11.878/2024, que dispõe sobre o credenciamento de licitantes, e na IN/SEGES/ME n.º 73/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto na forma eletrônica, julgue os próximos itens.

- 104** O critério de julgamento por menor preço ou maior desconto deve desconsiderar os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição e depreciação, para a definição do menor dispêndio à administração pública.
- 105** Na realização de licitação pelo critério do menor preço ou do maior desconto, a fase de apresentação de propostas e lances sucede a de divulgação do edital de licitação, e a fase de habilitação antecede a de julgamento.
- 106** A administração pública poderá adotar o credenciamento para contratação com seleção a critério de terceiros, caso em que a seleção da contratada ficará a cargo do beneficiário direto da prestação dos serviços.
- 107** O credenciamento deve ficar permanentemente aberto durante o período de vigência do edital, sendo sua última fase a etapa recursal.

No que diz respeito à sustentabilidade nas contratações da justiça do trabalho, julgue os itens a seguir, de acordo com a Resolução n.º 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

- 108** Os produtos oriundos da madeira, como papel e lápis, devem ser fabricados com matéria-prima proveniente de fontes de manejo sustentável, e a comprovação da conformidade deve ser feita por meio de certificado de cadeia de custódia ou documento similar, desde que reconhecido nacionalmente.
- 109** Nos estudos técnicos preliminares para aquisição de água mineral, é recomendável que se avalie o custo-benefício da utilização de purificadores de água em substituição aos garrafões de água mineral, podendo a obtenção dos purificadores ocorrer via contrato de locação.
- 110** Em procedimento licitatório para aquisição de café, a fim de se comprovar o requisito de qualidade, é suficiente que se apresente certificado de pureza emitido pela Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC).

No que se refere às formas e dimensões da intervenção da administração pública na economia, julgue os itens a seguir.

- 111** A função alocativa tem por finalidade a interveniência do Poder Público com vistas a equalizar e ajustar a distribuição da renda nacional de forma equitativa.
- 112** O Estado intervém no mercado por meio de diferentes regulamentações a fim de amenizar ou resolver os problemas gerados pelas externalidades, visando garantir aos cidadãos o acesso aos serviços básicos, conforme assegurado pela Constituição.

A respeito do orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 113** A classificação institucional da despesa orçamentária tem como finalidade evidenciar as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa.
- 114** O orçamento base zero, considerado um marco na evolução da técnica orçamentária, é um método de organização e apresentação do orçamento público.
- 115** No plano plurianual, definem-se, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as despesas relativas aos programas de duração continuada.

No que diz respeito à programação e à execução orçamentária e financeira, julgue os próximos itens.

- 116** O crédito especial é utilizado para atender despesa insuficientemente dotada na lei orçamentária anual.
- 117** Na fixação da programação das cotas mensais, devem ser considerados os créditos adicionais e as operações extraorçamentárias, em especial os restos a pagar.

Em relação à despesa e à receita públicas, julgue os itens subseqüentes.

- 118** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que visem à substituição de servidores serão contabilizados como despesa de custeio.
- 119** São consideradas receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- 120** Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados no dia 30 de junho do segundo ano subseqüente ao de sua inscrição, excetuados os restos a pagar relativos a algumas despesas previstas em norma, como as do Ministério da Saúde.

**Espaço livre**